

# Monções revisitadas: patrimônio e cultura material<sup>1</sup>

(in english, p. 117)

RODRIGO DA SILVA<sup>2</sup>

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*

**RESUMO** Durante os séculos XVII e XVIII expedições fluviais partindo da cidade de Porto Feliz, na capitania de São Paulo, se ocuparam da tarefa de colonizar, identificar, proteger e abastecer as franjas ocidentais da América portuguesa. Essas expedições, denominadas “monções”, não só tiveram um papel de destaque na ocupação efetiva das fronteiras do império português nas Américas como deixaram traços de sua existência na cultura material e no patrimônio arqueológico da região hoje compreendida entre os estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Este trabalho visa identificar parte desse patrimônio e levantar problemas cuja solução pode contribuir para a melhor compreensão desse período histórico.

**PALAVRAS-CHAVE** História do Brasil, Mato Grosso e patrimônio cultural.

**ABSTRACT** During the XVII and XVIII centuries, fluvial expeditions that left from the city of Porto Feliz, in the Capitania of São Paulo, occupied themselves with the task of colonizing, identifying, protecting and supplying the western fringes of Portuguese America. These expeditions, named monções, not only had a prominent role in the effective occupation of the borders of the Portuguese Empire in the Americas but also left marks of its existence in the material culture and the archeological patrimony in the region that today is delimited by the states of São Paulo, Mato Grosso and Mato Grosso do Sul. This work sets out to identify part of this patrimony and point out problems whose solutions can contribute to a better understanding of this historical period.

**KEYWORDS** History of Brazil, Mato Grosso and cultural heritage.

## Introdução

Por que é triste o olhar do verdadeiro viajante? Como ninguém ele sabe que o mundo começou sem ele e se acabará sem o homem. Percebe que todos os mitos, estilos e linguagem são construções de sentido, sempre à beira do vazio. Sente que a sua viagem não terá propriamente um retorno, sua exploração ficará sempre inconclusa. No entanto, entre a solidão que reproduz a máquina de uma cultura herdada e a tristeza desse caos caleidoscópico do mundo que se deixa entrever, prefere a segunda condição, a de navegante solitário, fiel apenas a sua própria narrativa, senhor de suas histórias e paisagens, aquém de todo pensamento e além de toda sociedade...

(Claude LÉVI-STRAUSS, *Tristes Trópicos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.)

Revisitar o tema das monções – as expedições fluviais que com objetivos diversos vararam ao longo dos séculos XVIII e XIX o interior das capitânicas de São Paulo e Mato Grosso – à luz de traços legados e preservados ao longo do tempo, manifestos na cultura material e no patrimônio arqueológico, sugerir caminhos para pesquisas e pôr em questão alguns pressupostos a respeito dessas expedições, são esses os objetivos desse texto, o qual carrega um caráter muito mais sugestivo do que conclusivo.

A ocupação colonial da região central da América do Sul, a região que hoje convençionalmente chamamos de Centro-Oeste, constituiu um capítulo longo da história da América portuguesa e do Brasil, capítulo este, de certa maneira, ainda não terminado. Diversos processos e movimentos colonizadores, ou primordialmente exploratórios, tomaram como palco esta região do continente, envolvendo portugueses, espanhóis, colonos, muitos deles mamelucos, e indígenas arranjados e rearranjados em múltiplas e circunstanciais coalizões que vão do século XVI ao início do XX, senão até nossos dias.

Se, num primeiro ato, a exploração colonial dessa região se assentou sobre iniciativas esporádicas, privadas ou com pouco apoio ou incentivo dos Estados ibéricos, paulatinamente a cena passa a ser composta por diversos personagens defendendo posições diversas pela ocupação do território. Século a século, década a década, o Centro-Oeste passou de região

inóspita, de sertão ou “mato grosso”, a área estratégica, defendida palmo a palmo por ambas as coroas ou mesmo pelas etnias presentes na região.

Pelo lado da Coroa portuguesa, e também dos colonos da América portuguesa, a ocupação da fronteira entre as possessões portuguesas e espanholas na América do Sul implicavam uma série de interesses estratégicos: no que dizia respeito à Coroa significava defender seus territórios a partir do princípio do *Uti possidetis*, sobretudo após o Tratado de Madri de 1750, e de criar uma barreira de contenção às incursões de espanhóis em terras portuguesas,<sup>3</sup> garantindo a segurança das áreas de mineração mais a leste do continente (Minas Gerais, sobretudo). No universo de preocupação dos colonos significava defender suas propriedades, negócios (mineração, comércio, criação), segurança e, ao mesmo tempo, garantir possibilidades novas de negócios em territórios ainda pouco conhecidos e promissores. Para os espanhóis a disputa fronteiriça respondia à necessidade de vedar o acesso das incursões de bandeirantes em direção às Minas do Potosi e, ainda, recuperar parcelas de um território que até as incursões dos colonos vicentinos pertencera à Coroa espanhola. Por fim, no âmbito das etnias indígenas da região, significava garantir a sobrevivência e posse de suas áreas tradicionais, ora por meio de alianças com os colonizadores (de um lado ou de outro), ora partindo para o embate.

É no seio desse complexo de processos e disputas entre múltiplos grupos que se desenvolveu o derradeiro movimento de trânsito sistemático dos colonos de São Paulo pelos sertões do Centro-Oeste, no que chamamos de período das monções, com suas atividades ocorridas majoritariamente entre 1720 e 1839.<sup>4</sup>

## A expansão colonial a partir de São Paulo e as monções

No começo do século XVIII, parte como resultado dos conflitos pela posse das lavras de ouro na região das Minas Gerais (que culminou com a Guerra dos Emboabas, terminada em 1710 com a pacificação da região e a criação da Capitania de São Paulo e das Minas Gerais),<sup>5</sup> parte como continuação dos movimentos em busca de riquezas minerais, bandeirantes paulistas descobrem ouro na região do rio Coxipó, afluente do rio Cuiabá. Em 1718, à procura de índi-

genas, Pascoal Moreira Cabral dá com ouro nas barrancas do rio Coxipó Mirim, afluente do Cuiabá. No ano seguinte, em 1719, já se estabelecia o novo núcleo minerador na região do rio Cuiabá. Em pouco tempo, além do garimpo no Coxipó, próximo do qual se criou a vila de Bom Jesus do Cuiabá (núcleo original localizado onde hoje está a comunidade de São Gonçalo Beira Rio, antiga São Gonçalo Velho, em Cuiabá),<sup>6</sup> estabeleceu-se um segundo foco de mineração num local descoberto pelo sorocabano Miguel Sutil em 1722, o que passou a ser conhecido como Minas ou Lavras do Sutil.<sup>7</sup> Não muito tempo depois, em 1727, outro núcleo de povoamento de origem paulista era criado mais a leste. Do núcleo cuiabano os paulistas seguiram em três rumos diversos. O primeiro deles foi seguindo em direção ao norte, perseguindo a trilha do ouro que lhes era indicada por indígenas que desciam em direção ao Cuiabá. Vencendo as escarpas da Serra de Tapirapuã chegaram até a área de ocupação dos Pareci, dos Nambikwara, dos Umutina e dos Irantxe, às margens dos rios Sacre, Juba e Papagaio e também nas cabeceiras do Paraguai. O segundo rumo foi seguindo a oeste, em direção à área de ocupação castelhana; foi neste sentido que cruzaram com os rios Paraguai – já largo e forte – e Jauru, na área onde posteriormente se fundou a vila de Nossa Senhora de Cáceres. Daí tomaram caminho em direção ao rio Guaporé e aos contrafortes da serra atualmente chamada Ricardo Franco. Neste ponto, anos depois, a Coroa portuguesa mandou erigir-se a Vila Bela da Santíssima Trindade em 1751, marco fronteiro do império português na América e sentinela da banda oriental, assegurando a posse da fronteira com o império espanhol. Da mesma forma estabeleceu-se nesta área a extração de ouro, sobretudo no povoado de São Francisco Xavier. O terceiro rumo, no sentido leste, tomado pelos Anhangueras, seguiu as notícias de existência de ouro na terra dos “coroados”.<sup>8</sup> Assim atravessaram a Serra de São Vicente e chegaram até os rios Vermelho, da Morte e Araguaia. Nesse ínterim, já em meados da década de 1720, a região que hoje conhecemos como Chapada dos Guimarães também já estava ocupada por colonos de origem paulista e iniciando a produção de açúcar e outros gêneros de abastecimento na região, fato que foi seguido em 1751 pela criação da Missão de Sant’Ana por recomendação do governador Dom Antonio Rolim de Moura. Por fim, já em período tardio, chegaram

até as proximidades da Serra Dourada, em expedição liderada pelo Anhanguera filho, onde foi fundada a Vila Boa do Goiás, completando e estendendo a esta região a área de influência paulista.

Não é ocioso lembrar que todo esse avanço colonial empreendido pelos colonos vicentinos foi realizado majoritariamente a pé, apropriando-se de técnicas e táticas indígenas, obtidas através dos inúmeros arranjos constituídos, sobretudo, no planalto paulista.<sup>9</sup> Os “caminhos do sertão”, como os chamou Sérgio Buarque de Holanda,<sup>10</sup> somente se tornaram viáveis aos colonos mediante a apropriação de traços culturais autóctones, ou seja, através do conhecimento indígena dos caminhos, das espécies nativas utilizáveis, dos métodos de navegação e caminhamento. Mesmo no abandono dos caminhos terrestres em favor dos fluviais continuaram os paulistas a se apropriar, nas atividades monçoeiras, das técnicas indígenas de navegação, somente abandonadas no momento da imposição das técnicas de comunicação oriundas da Europa e fundamentadas em estruturas coloniais materiais mais densas e amplas (vilas e estradas povoadas que possibilitavam o trânsito e o transporte com o emprego de bestas de carga).

Foi neste espectro do avanço das frentes de colonização para centro-oeste, num tempo e num espaço específicos, que se desenvolveram as duas ordens principais de monções: as de povoamento e as comerciais. Os desafios propostos no âmbito dos processos históricos não conformam somente as relações sociais, as instituições e as mentalidades, mas também consolidam todo um universo material próprio. As monções, como processo histórico e como conjunto de desafios aos grupos humanos, como manifestação de uma “forma provisória de existência”<sup>11</sup> de uma humanidade em trânsito, não participaram simplesmente da história compreendida como processo ou como narrativa, legaram toda uma gama de relações e marcas na paisagem, de apropriação dos meios naturais, de ação criativa nos aspectos culturais, materiais e imateriais.

Embora as monções tenham admitido formas e objetivos bastante diversos – povoamento, comerciais, exploratórios, militares, científicos até –, o elemento que as unifica como movimento e como método é o emprego sistemático das bacias do rio Paraná e Paraguai como vias de transporte para os sertões. Suas ori-

gens remontam ao estabelecimento do núcleo colonial à beira do rio Cuiabá e às atividades de abastecimento deste, mas sua existência se estendeu até o final da década de 1830, quando se notificou a execução na última monção.<sup>12</sup>

Da mesma forma, ainda que muitos caminhos fluviais tenham sido tentados ou mesmo empregados, com destinos distintos – como o caminho fluvial para o presídio do Iguatemi –, um dos trajetos tornou-se ao longo do tempo não só o mais usual e eficaz como também aquele mais diretamente associado às monções. Foi esse caminho, partindo de Porto Feliz – chamado de Ararituaba – e chegando à Vila do Bom Jesus do Cuiabá, passando da bacia hidrográfica do Paraná à do Paraguai, cruzando exatamente à altura da Serra de Maracaju, a divisora das águas, o mais sistematicamente empregado, o mesmo caminho utilizado pela missão científica empreendida pelo cônsul russo Grigory Ivanovitch Langsdorff em 1825, acompanhado dos pintores Adrien Aimée Taunay e Hercules Florence, do botânico Ludwig Riedel, do astrônomo Nester Rubtsov, entre outros.<sup>13</sup>

Naquele ano, da passagem dos europeus pelo caminho das monções, Florence acrescentava ao seu diário que a navegação comercial daqueles rios pelos quais passavam estava em franca decadência, visto que o caminho terrestre de comércio com Goiás já se fazia com vantagens há algum tempo, indicando o quão penosa era a travessia desse sistema fluvial.

Saindo de Porto Feliz, na capitania de São Paulo, as monções adentravam os sertões de modo muito lento, percorrendo poucas léguas – quando não somente uma – ao cabo de um dia de jornada ainda nas proximidades deste último povoado. Ainda em 1826 Florence conta que, nos primeiros pousos da expedição, ele e Taunay puderam voltar a pé ou a cavalo à propriedade de Francisco Álvares, seu anfitrião.<sup>14</sup> Entretanto, à medida que as monções se afastavam de Porto Feliz os pousos ficavam cada vez mais distantes – de acordo, obviamente, com a navegabilidade dos trechos – e as ocupações coloniais cada vez mais raras.

Bem como nas monções a expedição do cônsul russo escolheu o período entre os meses de junho de 1826 e janeiro de 1827 para executar a viagem a Cuiabá, visto que quanto mais cheios os rios – por

conta das chuvas de verão – mais perigosas eram as corredeiras e menos visíveis as rochas e os troncos submersos que poderiam levar a pique os batelões e as canoas monóxilas que compunham os comboios. Assim a expedição de Langsdorff saiu de Porto Feliz a 22 de junho de 1826 e chegou a Cuiabá a 30 de janeiro de 1827, levando muito mais tempo do que as monções em geral demandavam para vencer o mesmo trajeto, demora justificada mediante os interesses específicos da expedição. De modo geral as monções exigiam algo entre 25 e 30 dias de navegação para vencer o trajeto entre Porto Feliz e Cuiabá, sem grandes imprevistos.<sup>15</sup>

Descendo pelo rio Tietê, chamado outrora de Anhembi, o qual – por conta da muralha constituída pelo levantamento da Serra do Mar – corre em direção ao rio Paraná, interiorizando-se, ao contrário da maioria dos rios, as monções entravam pelo rio Paraná, navegando a partir de então constantemente contra a corrente até chegar ao rio Coxim. Do Paraná saíam as monções ao Pardo, em direção à sua nascente. Na altura onde se encontram os ribeirões Sanguessuga e Vermelho, formando então o Pardo, as monções deixavam este para entrarem no estreito canal do Sanguessuga (também chamado à época de “Sanguexuga” ou outras corruptelas). [Fig. 1a]

Era justamente neste ponto que começava o trecho de mais difícil navegabilidade da viagem, compreendido entre o ribeirão Sanguessuga e a foz do rio Coxim, quando este se encontra com o Taquari. Na verdade o trecho não era maior do que os demais; contudo, a quantidade de rápidos, cachoeiras, estreitos, cânions, áreas propícias às emboscadas dos Mbayá-Guaycuru, além do próprio varadouro de Camapuã, transformavam este momento em um definidor do sucesso das expedições. Conseguir vencê-lo sem prejuízos significava, no mais das vezes, obter sucesso na expedição.

Foi justamente esse segmento do itinerário traçado pelas monções que nos propusemos a estudar, para compreender os desafios, a lógica de ocupação e as permanências culturais entre a cabeceira do rio Pardo, na junção dos ribeirões Sanguessuga e Vermelho, hoje localizado no município de Camapuã, e no encontro do rio Coxim com o rio Taquari, hoje município de Coxim.

Ainda que diversas variantes tenham sido empregadas,<sup>16</sup> e outros tantos caminhos tenham sido tentados buscando encurtar a distância ou evitar os trechos encachoeirados do Coxim,<sup>17</sup> realizar a transposição das bacias hidrográficas do Paraná à do Paraguai no trecho onde a Serra de Maracaju apresenta uma pequena falha mostrou-se, ao longo da história, o melhor caminho à navegação fluvial. Nessa transposição de bacias hidrográficas, a qual chamava-se de “varadouro”, as canoas, cargas e gentes eram transportadas por carroças puxadas por juntas de boi saindo do ribeirão Sanguessuga, ou do córrego do Desembarque (mais distante em aproximadamente 4 Km e por isso abandonado em favor do Sanguessuga), e eram levadas até a sede da fazenda Camapuã, distante duas léguas. Para Florence era surpreendente que nas 530 léguas – cada légua medindo aproximadamente 6 Km na época e nesse contexto – que separavam Araritaguaba da Vila do Bom Jesus do Cuiabá apenas um varadouro fosse necessário. Do lado do ribeirão Sanguessuga, muito estreito e cheio de troncos e galhos deitados sobre ele, os viajantes caminhavam por extensa colina subindo aproximadamente 150 pés para, então, do lado da bacia do Paraguai, descerem 450 pés até chegarem ao local onde ficava a fazenda Camapuã [Fig. 3].

Nessa fazenda, que pertencia a dois irmãos de sobrenome Leme,<sup>18</sup> as monções se reabasteciam de alimentos, descansavam por alguns dias e somente então retomavam seus rumos. Exatamente por isso o governo da capitania de São Paulo em mais de uma ocasião procurou incentivar a ocupação e a estruturação do ponto de apoio à navegação interna. Contudo, já à época de Langsdorff a fazenda estava à beira da ruína, com animais macilentos e escravos tomados pelas “papeiras” (bócio). Na sugestão de Florence não mais do que trezentas almas habitavam Camapuã em 1826, todas no mais absoluto abandono, quase todas mameucas.

Com o abandono definitivo das monções a partir da década de 1830 um vácuo criou-se nesse interregno espacial entre Porto Feliz e Cuiabá, completando um processo de desativação das monções que se iniciara havia pelo menos cinco décadas. O esgotamento das minas do Cuiabá e o deslocamento dos grupos para outras áreas em busca de novas lavras, bem como a substituição dos caminhos para o abastecimento, lançaram Camapuã num estado de profunda letargia do qual

somente saiu com a tomada da região, já na segunda metade do século XX, pela pecuária e pela agricultura expansiva. Somemos aos fatores que concorreram para o abandono das monções e, conseqüentemente, para a decadência econômica da fazenda de Camapuã o estabelecimento na Chapada dos Guimarães, em Matriz de Sant’Ana, a apenas algumas léguas de distância de Vila do Bom Jesus do Cuiabá, um conjunto de propriedades produtoras de gêneros de abastecimento, capaz de atender não somente às demandas cuiabanas como também, parcialmente, às de Goiás a partir da década de 1730. Dos traços de Florence descrevendo visualmente o sítio de Camapuã nada restou, a ponto de a identificação do local original das construções que visitou somente ter sido possível com o uso de expedientes arqueológicos.

#### **Arqueologia histórica no Vale do rio Coxim: marcas d’água das monções**

Antes de qualquer precipitação aos rios ou aos papéis resta compreender que, embora morfológicamente diversos, o processo histórico e o espaço físico circulam o universo documental que nos interessa. Não se trata simplesmente de buscar referências materiais aqui ou acolá, ou de executar um inventário material, mas de compreender o quanto tempo e espaço apropriados pelo elemento humano, e manifestos em diversas formas, legaram traços através dos quais buscamos retornar a eles. Assim, mais do que uma cachoeira, um barco, uma inscrição ou uma carta do século XVIII o que temos em vista é um tempo, um espaço e um processo. No campo do espaço o que temos não é apenas um rio, mas todo o complexo que forma sua bacia, que forneceu condições para que se navegasse, se habitasse, se apropriasse simbolicamente, em suma, produzisse e reproduzisse uma humanidade singular. Por isso a pesquisa não se atém aos espaços delimitados por uma legislação, por fronteiras políticas – quando não dizem respeito ao problema em questão –, mas pelo espectro desse processo, desenhado num tempo e num espaço.

Empregando a documentação sobre Camapuã e o relato de Hercules Florence alguns indicativos foram obtidos, mas o principal deles, a distância entre o ribeirão Sanguessuga e a fazenda – duas léguas e meia, aproximadamente 15 Km a sul do porto de de-

sembarque das monções –, sofria de uma outra ordem de complexidade. Como Hercules Florence anotara em seu diário, o ribeirão Sanguessuga era pouco mais do que um canal. Outros textos que fazem referência ao Sanguessuga não são sequer unânimes ao chamá-lo de “ribeirão”, ora tratando-o por “lagoa”. Nesses quase duzentos anos que nos separam da expedição Langsdorff o ribeirão desapareceu da paisagem. Não é raro que cursos de água diminutos desapareçam em escalas temporais relativamente reduzidas. Então, como localizá-lo?

Apesar do desaparecimento físico do ribeirão, a referência na toponímia se manteve em Camapuã. Seguindo indicações dos habitantes da região identificamos uma pequena depressão margeada por longas e suaves colinas, formando terraços, ocupadas atualmente por invernadas. Exatamente nesta depressão, acompanhando-a integralmente, o pasto nasce mais alto, entretanto não é visitado pelos animais que ali se alimentam. Ora, tal depressão nada mais é do que o ribeirão Sanguessuga assoreado por décadas e décadas de desmatamento de suas margens. A oferta de água faz com que o pasto cresça mais alto, entretanto, seu solo pouco estável afasta os animais de sua proximidade. Essa linha, formada pelo antigo ribeirão Sanguessuga, culmina em uma área ovalada e muito mais ampla, cercada de buritis e com a mesma configuração da anterior. Tal configuração nos leva a imaginar que o ribeirão Sanguessuga ou a lagoa da Sanguessuga teriam não somente sido uma única coisa, mas alterado de tempos em tempos em função do regime das águas, ou que a nascente do ribeirão, antes de correr em direção ao rio Pardo, formasse uma lagoa, o que explica, inclusive, o seu nome de batismo.

Restava para a comprovação obter elementos que coincidissem com os relatos dos viajantes, afinal a área identificada, embora geologicamente e na toponímia correspondessem, nada impediria que se tratasse de qualquer outro córrego assoreado. A primeira comprovação foi obtida seguindo-se o rastro do ribeirão: o final deste, não muito mais distante do que meia légua, é justamente no encontro com o rio Vermelho, antes de formar o Pardo, tal como indicado pelos relatos monçoeiros. A segunda pista levava à localização de outro córrego, o chamado “do Desembarque”, empregado para os mesmos fins do ribeirão Sanguessuga, mas mais distante em quase uma légua.

Esse córrego deveria ser empregado eventualmente na impossibilidade de navegação pelo Sanguessuga, o que indica que já na época das monções a navegabilidade deste por conta da disponibilidade de água era periodicamente comprometida. Havíamos de concluir também que, exatamente por essas indicações, o córrego do Desembarque deveria apresentar condições análogas às do Sanguessuga, porém sendo mais largo. Acompanhando o rio Vermelho pudemos identificar finalmente o córrego do Desembarque que, por ser mais largo e profundo, ainda se mantém ativo, embora reduzido pelo mesmo processo de assoreamento pelo qual passou o Sanguessuga. O terceiro ponto que pudemos identificar foi justamente o mirante ao qual Florence faz menção, o ponto culminante antes da descida de 450 pés em direção à fazenda Camapuã. O mirante, bem como a estrada que leva às margens do ribeirão Camapuã, foi preservado ao longo do tempo, apesar de suas transformações superficiais. Deste ponto tem-se uma vista privilegiada tanto do ribeirão Camapuã quanto do antigo ribeirão Sanguessuga, comprovando seu papel estratégico nesta passagem do varadouro. Restava, portanto, localizar o sítio ocupado pela antiga fazenda Camapuã.

Um assentamento com trezentas almas definitivamente, para os padrões dos sertões da América portuguesa, não era desprezível, nem passível de desaparecer sem deixar rastro. Contudo, as margens do ribeirão Camapuã dentro dos limites da mancha urbana da atual cidade de Camapuã estão plenamente ocupadas por casas e pequenas propriedades e, no mais, estão a menos de duas léguas e meia do ponto onde provavelmente ocorriam os desembarques das monções no ribeirão Sanguessuga, mesmo considerando uma margem de erro de aproximadamente 500 m, visto que o canal era relativamente curto. Portanto, havemos de sugerir que a antiga fazenda Camapuã não coincidia em área de ocupação com o centro da atual cidade de Camapuã. As duas léguas e meia, contadas a partir do canal assoreado do ribeirão Sanguessuga, indicavam uma área mais abaixo no ribeirão Camapuã. A área, após caminhar nas margens, foi localizada dentro de uma propriedade particular plenamente encoberta por um matagal. Entretanto, nenhuma árvore de grande porte voltou a nascer no local, que hoje toma a feição de um campo sujo. Fragmentos diversos de telhas artesanais e de

cerâmica tradicional cobrem como uma constelação quase toda a totalidade do terreno, no centro do qual algumas valas redondas e intercomunicantes apresentam estruturas de pedras ao redor, bem como traços remanescentes de pequenos muros morfológicamente idênticos às estruturas das valas.

Certamente, tendo como base a gravura desenhada por Hercules Florence em 1826, o conjunto de edificações que compunham a fazenda Camapuã deve se estender em direção ao interior, uma vez que além dos trezentos moradores com suas casas aos quais faz referência o pintor indica a existência, àquela época, de dois sobrados – usados para a moradia do alferes de milícias que ocupava o cargo de comandante do entreposto –, pátio, senzala, um engenho de cana movido à força animal, alambique, roças de cana-de-açúcar, milho, feijão e algodão, estábulos para os animais.<sup>19</sup> Segundo o diário de Florence as estruturas associadas ao núcleo de Camapuã se estendiam para a outra margem do ribeirão, informação que somente será verificável com pesquisa mais acurada a fim de recompor visualmente todo o complexo. Curioso notar a diversidade de impressões mediante parâmetros culturais distintos. D. Antonio Rolim de Moura, de passagem rumo à Vila do Bom Jesus do Cuiabá pouco depois do estabelecimento do pouso de Camapuã em 1728, acrescentava que achara bastante razoáveis as acomodações, dada a parte do mundo em que estavam,<sup>20</sup> elogiando especialmente o pátio – largo o suficiente para touradas – e a capela em anexo, opinião simpática compartilhada por Lacerda e Almeida, ao passo que Florence, advindo de outra experiência cultural, e aproximadamente um século após a passagem de D. Rolim de Moura, teve de Camapuã péssima impressão, tomando-a como retrato da decadência e do abandono dos sertões.

Dois fatores concorrem positivamente para o trabalho na área de ocupação de Camapuã: a preservação da topografia original e a ausência de uma urbanização extremada e, sobretudo, verticalizada. Embora a área tenha sido razoavelmente impactada pela expansão da agricultura e da pecuária extensivas e as margens do ribeirão Camapuã estejam ocupadas continuamente há séculos, sem continuidade, entretanto, dos ocupantes, recorrer ao expediente da observação topográfica a partir da documentação coligida é recurso possível e, mais, necessário ao estudo histórico e arqueológico da região. Na cidade de Camapuã nem

grandes movimentações de solo foram procedidas nem construções que comprometam a comparação da paisagem com a iconografia referente foram edificadas. Os desenhos de Florence do sítio de Camapuã antiga ainda podem ser férteis para trabalhos vindouros.

No trânsito da memória também o patrimônio, e nesse caso o patrimônio arqueológico, é reapropriado pelas sociedades. Ainda que não se tenha notícia da ocorrência de nenhuma missão jesuítica na região de Camapuã além de um ponto de apoio na chamada Ilha Grande, no rio Pardo,<sup>21</sup> usado pelos jesuítas que desciam em direção ao Iguatemi, a Santa Cruz de La Sierra, ao Paraguai ou em trânsito para as regiões ainda mais ermas da América, a memória coletiva se apropriou dos traços e informações esparsos no cotidiano e nos relatos fragmentados transmitidos de modo cada vez mais tênue, como ondas que se esgarçam lançadas no espaço, como sendo de um passado jesuítico. Ainda que os inicianos tenham passado por Camapuã, as décadas iniciais do assentamento coincidem com o início da expulsão da Companhia de Jesus da parcela pertencente às Coroas ibéricas das Américas. Camapuã nasceu tarde demais para ter sofrido qualquer influência mais significativa por parte dos jesuítas. Entretanto, o pouso monçoieiro, a fazenda de Camapuã, hoje reside no sonho coletivo como assentamento jesuítico que nunca foi, e em vários pontos das matas – onde quer que haja algum traço humano legado pelo passado – aventureiros esporádicos se atrevem a incursões em busca de um ouro perdido, de tesouros esquecidos. Assim hoje como já no tempo das monções, no qual os tesouros pertenciam a um passado ainda mais remoto e incerto.<sup>22</sup>

Passados os dias de falharem lançavam os viajantes novamente suas embarcações à água, entrando então no ribeirão Camapuã. Este ribeirão, hoje muito assoreado bem como os demais cursos de água da região por conta das atividades agropastoris sem a observância da legislação de proteção ambiental, já no século XIX apresentava dificuldades à navegação, tanto que as canoas das monções eram postas à altura da fazenda no ribeirão, mas carregadas somente uma légua abaixo, quando o caudal aumentava o suficiente para que não encalhassem. Ao entrarem, finalmente, no rio Coxim, seis léguas abaixo, as expedições se detinham no que chamavam de porto Furado a fim de embarcar algum viajante e mais cargas, prontos

então para a segunda etapa da ida à Vila do Bom Jesus do Cuiabá.

O trecho imediatamente seguinte ao encontro do ribeirão Camapuã é um dos mais referidos nos relatos e documentos relacionados às monções. Trecho difícil, de navegação perigosa, tornou o Coxim o rio mais temido de todo o trajeto das monções. Em poucas léguas nada menos do que quatro corredeiras significativas – chamadas de cachoeiras nos textos de época – ameaçavam as embarcações. Além desses quatro grandes obstáculos as monções haviam de vencer – tão logo adentradas no rio Coxim – a cachoeira do Abaré, a Culapada, o Boqueirão dos Três Irmãos e o baixio da Itaguaçava, daí passava-se ao Boqueirão das Furnas e à cachoeira das Furnas, desta à das Anhumas e então se chegava ao ponto onde os riscos naturais somavam-se aos humanos. Da saída da fazenda Camapuã até esse ponto quase uma semana de navegação a favor da correnteza já havia sido consumida.

O primeiro problema a ser enfrentado pelas monções, que exigia tanto sorte quanto perícia, era o trecho no qual o rio Coxim é acompanhado de um longo paredão, na verdade a borda de um grande plano contíguo, “tão altos como o mastro grande de navio”, segundo Florence.<sup>23</sup> Nesse degrau as monções ficavam extremamente vulneráveis aos ataques indígenas, Caiapós e Guaycurus segundo tanto a documentação quanto Florence, posto que de um lado encontravam um paredão absolutamente inacessível a partir do rio e do outro uma mata fechada na qual em diversas circunstâncias as expedições foram vítimas de emboscadas indígenas. Do alto do paredão, os indígenas muitas vezes lançavam grandes pedras sobre os batedores, obrigando os pilotos a levarem as embarcações para longe da parede e próximo à margem oposta, ao alcance de outros grupos atocaiados na mata [Fig. 2]. A lentidão em que se moviam as grandes canoas monçoeiras neste trecho fazia das expedições alvos relativamente fáceis de serem atacados, risco mitigado pela presença constante de homens armados em cada uma das canoas. Por conta dos ataques, diversas expedições foram enviadas pelo governador da capitania de Mato Grosso com o objetivo de “pacificar” a região.

De modo geral ainda sabemos insuficientemente sobre os grupos indígenas que ocupavam a região cortada pelas monções. Até a região das cabeceiras do rio

Pardo a viagem era segura no tocante à presença de indígenas, o que é compreensível por ser esta região a mais próxima de São Paulo e da correria de seus predadores de indígenas. Camapuã, o pouso do varadouro, foi diversas vezes atacado em incursões dadas como de Caiapós e Guaicurus, entretanto o certo é que a partir do rio Coxim até o Taquari tratava-se de área de ocupação dos Mbayá-Guaycuru, índios que passaram a empregar cavalos em suas incursões. Do rio São Lourenço e Paraguai em diante a área era ocupada pelos Payaguá, etnia desconhecida dos paulistas até 1725,<sup>24</sup> e praticamente dizimada por uma expedição paulista aliada aos Bororos em 1734. Na ocasião seiscentos Payaguá teriam sido mortos e quase trezentos escravizados. Por essa época os Bororos estavam associados aos paulistas graças à chefia da etnia alcançada por Antonio Pires de Campos.

Com a chegada da segunda metade do século XVIII os ataques, tanto de Payaguás quanto de Mbayás-Guaycurus, diminuem de intensidade, sobretudo os dos primeiros. Um século depois, na expedição Langsdorff, Florence indicava o temor que ainda havia dos ataques dos Mbayá-Guaycuru, principalmente no cânion do Coxim. Guanás e Xamacocos, uma vez submetidos à proteção e colaboração dos Mbayá-Guaycuru, surgiam esporadicamente ao longo das expedições ou mesmo na Vila do Bom Jesus do Cuiabá. Bem como nos demais contextos coloniais do Sul, Sudeste e Centro-Oeste da América portuguesa, a tomada de controle das regiões pelos colonizadores tanto exigiu acordos e arranjos com certas etnias indígenas – como no caso dos Bororo – quanto implicou no extermínio dos grupos arredios. Por outro lado não só os indígenas como suas técnicas foram apropriadas pelos colonizadores no universo das monções. Os Guató – exímios canoeiros ocupantes das margens do rio São Lourenço e do alto Paraguai<sup>25</sup> – foram sistematicamente empregados como pilotos e remadores nas monções, tidos como os melhores guias para a navegação fluvial daquelas regiões.<sup>26</sup> A própria escolha do tipo de canoa propícia à navegação no tipo de rio encontrado entre as bacias do Paraná e do Paraguai seguiu o conhecimento técnico indígena, optando-se, preferencialmente, pela canoa de casca às demais. As técnicas de navegação, de construção das canoas, a escolha dos sítios para pouso e dos caminhos mais propícios seguiu as indicações dos indígenas, e

quando os colonizadores buscaram alternativas fora do universo cultural indígena acabaram por retomar o uso anterior, sobretudo na escolha dos caminhos.

Com mais um dia gasto na passagem do trecho dos paredões as monções chegavam à seqüência das grandes corredeiras, nas quais, segundo Florence: “As cachoeiras são numerosas; entre essas algumas há compridas e perigosas: as rochas, a água em borbotões, a espuma formam um verdadeiro caos”.<sup>27</sup> Primeiro há a Canela de André Alves, seguida da Jauru e da Embiraçu há a Avanhanda-guaçu, seqüência vencida num dia de navegação.

Na verdade, parte significativa do tempo era despendida na complexa faina de varar as cachoeiras. As embarcações eram esvaziadas nas margens e a carga atravessada pouco a pouco pelos homens através das margens, fazendo-as esperar para além dos rápidos. As canoas, então – quando possível –, eram cuidadosamente manobradas pelos pilotos e remeiros, munidos de remos longos e zingas (longas varas com pontas de ferro), escapando dos rochedos e das pedras visíveis [Fig. 4]. Muitas vezes as canoas praticamente desapareciam dos olhos dos viajantes que esperavam cachoeira abaixo, perdidas no meio da cortina de gotículas formadas pelo turbilhão das águas. Noutras circunstâncias, quando a presença humana nas canoas era impossível na travessia das cachoeiras, as próprias embarcações eram atravessadas pelas margens, como é o caso do Travessão do Jaú, o qual Florence chama de Jauru.

A travessia deste lance de águas embarcado, com poucos ou muitos homens, é absolutamente impossível. O rio Coxim, nesta altura, escavou ao longo do tempo um canal estreito entre dois morros de composição bastante rochosa; o encaixe do rio acrescenta energia ao seu caudal, somando assim o risco da velocidade e da força das águas à grande quantidade de rochas seja no leito do Coxim, seja em suas margens [Fig. 5]. Ainda hoje, logo abaixo do Travessão do Jaú, há uma pequena praia onde o rio começa a perder energia novamente; neste ponto, formam-se grandes monturos de material descartado pelo rio, material como que processado por um grande triturador, demonstrando o potencial energético desse trecho e as conseqüências de uma travessia inconstante. Se bem sucedida a travessia, as canoas eram recarregadas numa

área de baixa energia o mais próximo possível, tarefa que demandava igualmente muito tempo. Ainda nas proximidades do Travessão do Jaú, nos planos que se formam no alto dos morros que o acompanham, localizamos material cerâmico em superfície, no qual não nos detivemos longamente. Contudo, a continuidade da ocupação na região, por diversos grupos chegando até nossa época, indicia o aspecto atraente e, ao mesmo tempo, estratégico desse caminho para o interior do continente, área interessante tanto para a ocupação quanto para a passagem.

Continuando a descida do Coxim, as monções eram mais uma vez obrigadas a desembarcar todo o material e passar as canoas pela margem da cachoeira atualmente conhecida como Quatro Pé, ou Avanhanda-guaçu, como a chamou Florence. Nessa cachoeira o rio se afunila para passar por uma área estreita entre rochas, como num canal de adução natural, onde novamente a potência das águas impossibilita qualquer tentativa de vará-la embarcado.

Nessa cachoeira há uma série de inscrições gravadas nas lajes de pedra a montante. Essas gravuras já haviam sido notadas por Florence à época da expedição Langsdorff e, naquela ocasião, algumas contavam já com mais de trinta anos, ou seja, haviam sido executadas ao menos em 1797. Tal ponto, hoje ocupado por uma pequena propriedade que funciona também como pouso de pescadores, deve ter sido continuamente utilizado como pouso não só das monções, mas de expedições várias. Por conta do período em que estivemos na cachoeira – já no início da temporada das chuvas –, algumas das inscrições encontravam-se submersas, fato compreensível por serem as expedições fluviais realizadas justamente no período mais seco. Cinco datas gravadas: 1804, 1815, 1820, 1832 e 1838. Muito próximas e orientadas no mesmo sentido, embora a desordem cronológica e seu espalhamento pelas lajes indiquem que não foram dispostas desde o início com o objetivo de que fossem seguidas por outras. As gravuras, justamente num ponto de parada obrigatória, mas ao mesmo tempo não em qualquer outro, indicam alguma relevância do sítio no contexto das expedições, as quais devem ter sido recobertas de caráter excepcional e objetivo diverso do das monções comerciais, visto que algumas das inscrições são acompanhadas do nome do responsável e sua patente – o que revela em geral o caráter militar –, bem como da

informação “R. Expedição”, ou seja, “Real Expedição”. Nestes lajedos, junto de algumas dessas inscrições das expedições, encontramos os nomes dos responsáveis por elas ou mesmo de componentes como um certo “Costa Chaves” ou “I. W. Brandl”, bem como a data na qual se detiveram no local (“2 de agosto de 1815”). [Figs. 6, 7a e 7b]

Em 1826, na subida em direção à Camapuã a expedição Langsdorff cruzou com uma monção exploratória oficial que descia com o objetivo de encontrar alternativas ao caminho habitual. Durante a conversa que se seguiu entre os membros das expedições comentou-se que outras expedições a haviam precedido com objetivos semelhantes. Da mesma forma, durante o governo do Morgado de Mateus à frente da recém-restaurada Capitania de São Paulo, diversas expedições foram enviadas com o objetivo de explorar, colonizar e defender a região do presídio do Iguatemi, expedições no mais das vezes fluviais.<sup>28</sup> Principalmente após a assinatura do Tratado de Madri – o qual definia as fronteiras na região do Mato Grosso nos seus artigos 5º e 6º – em 1750 a região passou a ser alvo constante de incursões do governo colonial português, tanto para garantir a efetiva posse da região quanto para executar trabalhos de reconhecimento e demarcação. Das margens do rio Guaporé, onde se fundou Vila Bela da Santíssima Trindade por ordem da Coroa, até o médio Paraguai essa região fronteira viu nascer uma intensa atividade fluvial singular e inédita no que tange as questões colonizadoras na América portuguesa. Não é fortuito ou casual que as monções tenham se desenvolvido justamente neste universo de situações, técnicas, práticas e mentalidades. As datas encontradas no lajedo indicam a permanência do uso do sistema fluvial, bem como das expedições oficiais – cujos objetivos podemos neste momento apenas estimar vagamente –, e mais, indicam a manutenção da preocupação oficial com a região e sua duração atravessando o processo de independência política do Brasil.

Deixada para trás a cachoeira do Quatro Pé as monções seguiam rumo ao trecho final da descida do Coxim, passando pela cachoeira do Letreiro, a qual Florence chamou de Avanhandava-mirim [Fig. 8]. Novamente, em diversas pedras, há inscrições, entretanto, curiosamente e ao contrário das anteriores, essas não possuem ordem, nem qualquer menção a expedições determinadas. Também diferentemente das inscrições

anteriores a grafia não é uniforme, mas com letras de tamanhos desiguais e que não seguem linhas retas, da mesma forma não se concentram num único lugar como na Quatro Pé. Essa morfologia reforça a idéia de regularidade e oficialidade num caso – o das inscrições anteriores – em contraposição às expedições particulares, as monções de comércio ou povoamento, às quais estas últimas inscrições devem pertencer.

Nesse trecho, em verdade, o que há é um longo rápido, de aproximadamente 200 m, com diversas pedras aflorando, e outras tantas submersas por conta da estação das chuvas. Canais também se formam em todo o rio, inclusive nesses rápidos, podendo mudar de posição diversas vezes ao longo do dia. Embora a formação desses canais seja referida desde o início da navegação colonial nestes rios é certo que o processo de assoreamento na região acentuou sua existência e tornou ainda mais perigosa a navegação sem pilotos experientes [Fig. 9]. Em geral, hoje como ontem, os pilotos mais experimentados são filhos da região, que cresceram embarcados e lêem cada indício dos rios, cada traço e cada mudança. A existência dos canais e a escolha dos mais adequados para a navegação são feitas por meio da observação da superfície das águas, ou seja, a partir das cristas que se formam sobre o rio. O piloto, localizado na popa do barco, de onde manuseia o motor, mantém-se atento ao rio nesses trechos, e a qualquer mudança na superfície das águas promove uma volta brusca a fim de alcançar o canal que julga mais seguro à travessia. Em tempos das monções a localização dos pilotos – em geral indígenas conhecedores da região – era na proa do barco, por dois motivos: primeiro porque a manobra da embarcação era feita parcialmente pela frente com as zingas e, em segundo lugar, porque dado o comprimento das embarcações das monções – com até 16 ou 18 metros de comprimento por quase um de largura – a visibilidade do rio a partir da popa ficava profundamente comprometida.

Mas, no campo das técnicas, ainda hoje o procedimento comum para a travessia desses rápidos é fazê-lo sem passageiros. Em todas as ocasiões tivemos de abandonar o barco com seu piloto e atravessar o trecho encachoeirado pelas margens.

Chegando já nas proximidades da barra do rio Coxim as expedições se deparavam com o último tre-

cho encachoeirado antes de entrarem no Taquari. A Cachoeira do Campo, localizada a poucos quilômetros da barra, é um dos pontos que se tornam muito mais perigosos com os rios cheios, graças às pedras e troncos submersos, contudo a travessia da corredeira era realizada em geral sem precisar desembarcar as cargas, utilizando-se da ajuda das zingas, manobradas por pilotos em pé na proa das embarcações. Vencido esse obstáculo as monções podiam tranqüilamente adentrar o rio Taquari, deixando o trecho de navegabilidade mais difícil para trás. A chegada ao Taquari representava tal sucesso no conjunto das expedições que em geral era comemorada com fuzilaria e alguma festa.

Novamente estafados os viajantes falhavam na barra do Coxim, onde fica a cidade de mesmo nome. Nesse local, segundo os relatos, criou-se um pequeno assentamento de propriedade de Domingos Gomes Belliogo, graças à doação de sesmária pouco após a descoberta das minas em Coxipó. Entretanto, pouco ou quase nada restou senão informações dispersas da existência desse local. Florence, em 1826, sequer faz menção de sua existência, tendo a expedição Langsdorff passado direto pelo local onde hoje está Coxim.<sup>29</sup> A cachoeira nomeada Beliogo, pela qual passaram pouco após entrarem no Taquari, parece estar à altura do córrego de mesmo nome, o qual localizamos a jusante da cidade. Segundo a documentação, teria sido às margens desse córrego que o arraial de Beliogo floresceu. Contudo, se efetivamente existiu, isso somente poderá ser indicado mediante adoção de procedimentos prospectivos diferenciados. Há que se considerar que a adoção do nome para a cachoeira é um indicativo interessante, ainda que não conclusivo.

Coxim é uma cidade que renasceu em tempos recentes em função do turismo de pesca. Seu nome lhe foi atribuído em íntima relação com as monções; os portugueses que participavam das expedições fluviais no século XVIII apropriaram-se da terminologia empregada nas relações do império português com o subcontinente indiano, principalmente nas navegações realizadas pela carreira das Índias. As monções são fenômenos climáticos naturais dessa parcela do litoral asiático no oceano Índico. Promovidas pelo deslocamento das massas de ar entre os pontos de alta e baixa pressão as monções são responsáveis tanto por secas e estiagens – quando provenientes do continente, daí serem chamadas de continentais – quanto

por chuvas e inundações – quando provenientes do Índico, daí “marítimas”. A oscilação milenar dessas monções garantiu a formação de biomas extremamente singulares no subcontinente indiano e, as de inverno ou marítimas, que ocorrem entre junho e outubro, são extremamente importantes para a rizicultura. As expedições fluviais no sudeste da América portuguesa receberam a denominação de monções muito provavelmente por coincidirem sazonalmente com as monções climáticas asiáticas, e por remeterem ao universo cultural da navegação, via de comunicação entre Portugal e Índia. Daí também o rio e a cidade localizada à altura de sua barra terem sido batizados com o nome de Coxim, tal como a cidade indiana, entreposto comercial português na região. A Cochim asiática pertence hoje ao estado de Kerala. É uma cidade portuária importante até os dias atuais e, localizada na costa ocidental indiana, pertenceu ao império português de 1503 a 1663, curiosamente antes do início das expedições fluviais de comércio pelas bacias do Paraná e Paraguai.

Coxim do Mato Grosso do Sul busca um passado associado às monções, mas que parece cada vez mais improvável. Nada em seu núcleo urbano ou adjacências remete às monções senão a topografia e a toponímia, elementos que, se para a ciência são relevantes, para uma reestruturação do perfil socioeconômico da cidade em função do turismo histórico é praticamente nada.

Próximo à cachoeira do Beliogo, na margem direita do Taquari, há estruturas de madeira e taipa que são paulatinamente devoradas pelo movimento das ondas, muitas das quais causadas pela movimentação de barcos a motor de grande potência. Essas estruturas, chamadas pela população local de trincheiras, pertencem provavelmente ao período da Guerra do Paraguai (1864-1870). No ano seguinte à eclosão do conflito as colunas de soldados paraguaios lideradas por Resquín e Urbietta tomaram Coxim em 24 de abril, mas acabaram por interromper a marcha em direção a Cuiabá. No final do mesmo ano, em 20 de dezembro, o Corpo Expedicionário em Operações no Sul do Mato Grosso chegou a Coxim vindo de Uberaba (Minas Gerais) e lá permaneceu até junho de 1866, quando, tangido pela fome e pelas epidemias, a divisão se deslocou rumo a Miranda, já na área do Pantanal.<sup>30</sup>

A cidade de Coxim, que, de acordo com os memorialistas locais, teria sua origem no arraial fundado por Domingos Gomes Belliago (1729), na verdade possui em sua narrativa histórica uma série de elementos contraditórios. Como cidade que teria sido criada a partir de um estabelecimento monçoeiro, portanto fluvial, deveria ter seu núcleo se desenvolvido ao redor do porto e em função dele, visto que a interiorização da ocupação ao longo do eixo percorrido pelas monções somente ocorreu tardiamente; em Coxim a parte mais ativa da cidade é a alta, distante da parcela que se estende ao longo do rio Taquari e voltada para a rodovia que a corta. No mais não existem construções ou sequer informações de ocupação colonial às margens do Taquari no limite do município. Nunca é demais lembrar que o local tido como o sítio do antigo arraial de Belliago localiza-se cerca de 6 km rio abaixo da atual cidade de Coxim. Da mesma forma o traçado da cidade, extremamente regular, destoa dos assentamentos criados no século XVIII, majoritariamente irregulares, criados sem planejamentos rigorosos e ampliados sucessivamente ao longo de séculos e de acordo com as dinâmicas econômicas regionais.

Além disso, existem documentos existentes nos arquivos públicos de Corumbá (MS) que indicam que Domingos Gomes Belliago, se é que chegou a tomar posse de sua sesmaria às margens do Taquari, dali se retirou muito brevemente, vindo a ser encontrado, de acordo com a documentação, na década seguinte (1730) em Cuiabá. Nem a própria documentação referente à emancipação política de Coxim avança para além do final do século XIX. Diante desses indícios a hipótese que se configura mais sustentável é a de que o atual município de Coxim, ainda que originado do antigo arraial criado por Domingos Gomes Belliago ou mesmo em função das monções, não tenha guardado traços urbanísticos ou arquitetônicos capazes de testemunhar esse passado. É certo que na ocupação do extremo oeste brasileiro durante o Segundo Império, com vistas inclusive a garantir a soberania e a segurança das fronteiras, Coxim tenha voltado a ter alguma importância. É claro que a história política do município de Coxim não deve ser confundida com a história da ocupação da região, e esta efetivamente está ligada às monções.

Deixando para trás a barra do rio Coxim as monções seguiam Taquari abaixo até entrarem no rio

São Lourenço e deste ao Cuiabá, trajeto que, se não conturbado pelos ataques dos Payaguá, completava-se sem riscos naturais pela navegação dos rios.

### **Até Cuiabá e de lá...: Sugestões a respeito do patrimônio monçoeiro e do destino das navegações fluviais no extremo oeste do Brasil**

A Vila do Bom Jesus do Cuiabá esperava as monções para seu abastecimento, com sua morfologia marcada pelas ruas estreitas esparramadas pelos terraços secos no entorno do rio Cuiabá. Lá, bem como em São Paulo, predominou a técnica construtiva da taipa, da qual ainda há o conjunto arquitetônico e urbanístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, na época do início do processo de tombamento, em 1987, SPHAN/Pró-memória, no tombamento definitivo, em 1992, já IPHAN) no centro antigo de Cuiabá. Talvez, ao contrário de São Paulo, o que tenha concorrido para a sobrevivência desse patrimônio legado pelo tempo das monções seja justamente a decadência econômica que, muito rapidamente, a região sofreu, mas que foi sucedida de alguma manutenção da vida e da cultura locais, as quais continuaram a ocupar e manter dentro dos circuitos ativos da sociedade as edificações e os traçados urbanos. Nas diversas lavras descobertas nas proximidades de Cuiabá a quantidade de ouro promoveu interesse por pouco mais de dez anos, deslocando então os garimpeiros para regiões ainda mais distantes. O auge das monções ocorreu sem a atividade mineradora em franca operação em Cuiabá. Ao longo das décadas nenhum novo processo econômico extremamente ativo e transformador da planta urbana ocorreu em Cuiabá, as atividades sociais, econômicas e culturais continuaram a ser plenamente assistidas pelo conjunto de edificações, apenas sendo acrescentados novos prédios e ruas. Somente na segunda metade do século XX é que a cidade de Cuiabá passou a ser alvo de pressões sobre seu patrimônio histórico, sobretudo aquele contemporâneo às monções, desencadeando disputas judiciais entre a prefeitura municipal e o IPHAN, que só concluíram definitivamente o processo de tombamento do núcleo histórico da cidade.<sup>31</sup>

Como cidade nascida em função do garimpo e durante muito tempo assistida pelas monções e co-

municada pelo rio, a urbanização de Cuiabá deu-se seguindo as margens do rio que lhe emprestou o nome, as colinas mais íngremes somente foram ocupadas em tempos mais recentes, dando origem à cidade nova, com traçado urbano e construções muito diversos daqueles que se espalham no entorno do centro histórico, do porto de Cuiabá do antigo Mercado e do Arsenal da Marinha, hoje transformados em museu e centro cultural respectivamente. Mesmo com a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade em 1752 e a transferência da sede da capitania para lá, completada somente na década seguinte, ou com a decadência da mineração, Cuiabá (do bororo Ikuiapá, “local onde se pesca com arpão”) manteve-se como ponto de passagem crucial para os diversos caminhos que saíam em muitas direções dos sertões.

Evidenciando seu passado ligado à ocupação pelos rios e a atividade monçoieira, boa parte da população de Cuiabá dedica-se, até hoje, à pesca para consumo próprio ou para a comercialização. Nos hábitos alimentares a onipresença do peixe ao lado de uma culinária carregada com os bandeirantes e monçoieiros – o feijão, o milho, o porco – indica também não só suas permanências culturais como a peculiaridade desse momento da colônia frente a outros processos e espaços de ocupação, como nos sertões de Goiás e das Minas Gerais.

As formas de ocupação desses sertões da América portuguesa primaram pela mobilidade e, às vezes, pela efemeridade. São vastos os relatos de povoados e mesmo vilas que desapareciam mediante um ataque das etnias locais, surtos de doenças ou alguma outra sorte de catástrofe local. São poucas as cidades que mantiveram alguma continuidade ao longo desses quase trezentos anos que nos separam das descobertas de ouro nas margens do Cuiabá. A cultura material produzida no âmbito dos processos de ocupação colonial da banda ocidental do império português nas Américas, marcada pela presença maciça da taipa, das madeiras e das fibras nativas, pouco sobreviveu – ao menos em seu aspecto físico – mediante um sistema natural tão dinâmico quanto o destas florestas decíduais.

Diferentemente do litoral do Nordeste – onde a comunicação com o reino e a disponibilidade de materiais mais resistentes, e mesmo o caráter mais sólido e

economicamente mais ativo das ocupações litorâneas, geraram um universo material que chegou aos nossos dias –, nas franjas do caminho das monções pouco restou das edificações e mesmo dos objetos associados ao movimento. Por outro lado também concorreu para essa pouca sobrevivência o caráter móvel de suas populações. Enquanto os desafios propostos pela economia açucareira, mais próxima ao litoral, implicavam uma sedentarização do colono, no interior da América portuguesa, sobretudo naquela vadeada pelos colonos paulistas, os desafios levavam, senão ao nomadismo, ao menos a uma sedentarização bem mais tênue. Tanto a captura de indígenas quanto a mineração ou o comércio (pelas monções ou pelas tropas) sugeriam um conjunto cultural adequado à mobilidade.

A disponibilidade de recursos naturais que sustentassem também a reposição constante dos objetos também levou a pouca ou nenhuma preocupação com sua manutenção a longo prazo. Seja no material de construção empregado nas casas e dependências outras – taipa ou adobe, tecnologias do barro cru, madeiras diversas, palhas de palmáceas nativas como o buriti, a bocaiúva – seja no equipamento de navegação – canoas monóxilas construídas preferencialmente com peroba ou ximboúva, também chamada de tambori,<sup>32</sup> pirogas e outras modalidades de embarcações pequenas, remos, zingas, sirgas, ou seja, cordões torcidos em geral de algodão utilizados para manobrar as embarcações e varar as corredeiras e pequenas cachoeiras, ou ainda para navegar nos córregos mais estreitos – quase nada restou. Foram corroídos pelo tempo ou simplesmente abandonados ou usados como lenha para os fogões e fornos.

As próprias canoas feitas de cascas de grandes árvores praticamente desapareceram no começo do século XIX devido à sua demasiada exploração. As margens dos rios percorridas pelas monções eram ocupadas por árvores com mais de quinze metros de altura, as quais proporcionavam excelentes canoas de casca depois de retiradas e moldadas ao calor do fogo. Entretanto, com o decorrer das décadas de navegação monçoieira sua disponibilidade vai rareando até exigir grandes deslocamentos mata adentro para a obtenção das árvores adequadas. Embora outros tipos de embarcação tenham sido utilizados nas monções o desaparecimento das grandes canoas monóxilas coincidiu com a decadência das rotas fluviais de comércio em direção

a Cuiabá. Pouquíssimos exemplos dessa cultura material da navegação monçoeira foram preservados no Museu das Bandeiras em Goiás Velho, no Museu de Cáceres ou mesmo no Museu Paulista na capital de São Paulo. Curiosamente nada restou nos acervos de cultura material da cidade de Cuiabá, tampouco em Coxim ou Camapuã.

Entretanto nem a cultura material se restringe aos objetos,<sup>33</sup> nem o patrimônio arqueológico às edificações ou coleções de objetos.

As cidades estão lá, bem como os marcos paisagísticos, incluindo-se os próprios rios, a toponímia e mesmo a memória coletiva (ainda que predominantemente presente em grupos e locais específicos). Mais do que elementos geomorfológicos visualmente relevantes os marcos paisagísticos significaram por séculos, e mesmo milênios se considerarmos os povos nativos, pontos de referência no complexo deslocamento pelos sertões. As estradas fluviais seriam praticamente inviáveis não fossem os elementos paisagísticos servindo como referência, inclusive porque a navegação em rios obedece a uma dinâmica de deslocamento diferenciada da realizada em alto mar. Mesmo os guias e pilotos das embarcações empregadas na navegação no extremo oeste eram escolhidos entre nativos ou mamelucos por conta de seu conhecimento da região, conhecimento este que, obviamente, conferia-lhes um mapa mental dos marcos e caminhos dos sertões.

A vila de Camapuã, surgida ainda no primeiro quartel do século XVIII, fora batizada com a denominação de dois morros próximos (“Belos Seios”), o que não deixa dúvida sobre a importância deste tipo de registro para a orientação nessa conjuntura histórica.

Na documentação e na historiografia referente não só às monções, mas às expedições fluviais em geral, quase todo o balizamento espacial é feito em função dos marcos paisagísticos, e que se leve em conta a ausência de muitas outras técnicas de localização e navegação nesses rincões do império português.

No mesmo sentido, assim como a navegação em alto mar implicava conhecimento profundo das correntes marítimas, dos regimes de vento e dos climas, dos recortes litorâneos, das barreiras de corais e dos pontos de reabastecimento, a navegação fluvial oferecia outros tantos desafios. Os rios possuem regimes de navegabilidade em função das chuvas, da mobilidade

de seus canais, pontos de desembarque específicos. A transição de uma bacia para outra – através dos varadouros – implica conhecimento de indicativos, de marcos paisagísticos que localizem o ponto de desembarque e travessia e que evitem o deslocamento a esmo, o que, no limite, poderia implicar perda de uma expedição. Portanto os marcos paisagísticos compõem um gigantesco conjunto patrimonial referente à ocupação e colonização do extremo oeste.

Contudo, não há como identificar senão traços desse universo cultural monçoeiro, meio indígena, meio colonizador, senão em conjuntos bastante específicos como o de Cuiabá ou o de Camapuã, aguardando ser estudado e promovido. Talvez a dizimação dos grupos indígenas associada à decadência das rotas fluviais, para as quais foram de crucial importância, tenha deixado um vácuo cultural, senão pleno, profundo, que cobrou como paga a perda de diversos elementos, espaços, técnicas, objetos, memórias. Demandou décadas até que um novo movimento colonizador de potência significativa tenha tomado a mesma região, já no século XX, sem que a maioria das testemunhas e participantes desse universo cultural o tenha alcançado. Também há que se considerar o transplante de populações sulistas em quantidade superior à dos habitantes originais, populações que carregaram para essa região suas experiências culturais de origem em bloco, pressionando ainda mais as culturas locais e concorrendo para o desaparecimento do que quer que haja sobrevivido ao lapso.

Contudo, uma última perspectiva de pesquisa ainda não foi contemplada. Com o abandono paulatino das monções de comércio no sistema fluvial que envolvia as bacias hidrográficas do Paraná e do Paraguai a partir das últimas duas décadas do século XVIII, e definitivamente a partir da década de 1830, isso não implica abandono definitivo em todos os lugares dessas práticas e dessas técnicas. A observância dos documentos, relatos e resquícios da cultura material sugerem uma interiorização senão das monções, de práticas muito semelhantes ou idênticas àquelas que as compuseram. Os desafios históricos e ambientais que foram respondidos pelas monções não desapareceram *in totum*; antes, moveram-se para áreas ainda mais ao interior da América, em outros sistemas fluviais. Do rio Guaporé, na fronteira com a Bolívia, até a foz do Amazonas são centenas de quilômetros, dos

quais quatrocentos em trecho encachoeirado. Mais de vinte acidentes são encontrados desde o Guaporé até a cidade de Santo Antonio do Madeira, às margens do rio de mesmo nome. O Guaporé, após passar por Vila Bela da Santíssima Trindade, ponto final de muitas monções, corre em direção ao Forte Príncipe da Beira, erguido como guardião da fronteira do império português na região amazônica, em seguida passa a compor o rio Mamoré, nascido nas encostas dos Andes. Margeando a Serra dos Pacaás Novos o Mamoré começa logo em seguida a apresentar seu trecho encachoeirado, que se completa com o trecho pertencente já ao rio Madeira, formando os 400 quilômetros de saltos, rápidos, corredeiras. A possibilidade de acesso da Bolívia ao mar, perdidos seus territórios litorâneos em guerras contra seus vizinhos,<sup>34</sup> pareceu mais razoável feita cruzando a floresta amazônica. Contudo, até as tentativas desastrosas de construção de ferrovias neste trecho conhecido como Madeira-Mamoré, o caminho era realizado em embarcações. As gravuras produzidas pelo general do exército brasileiro João Severiano da Fonseca, em 1881 [Figs. 10 e 11],

e de William Lewis Herndon e Lardner Gibbon, que a serviço da marinha estadunidense percorreram o vale do Amazonas em 1851 [Fig. 12], mostram-nos a morfologia destas expedições, algumas inclusive com caráter militar, cruzando os rios Madeira e Mamoré. À exceção do nome pouca diferença há entre elas e as monções cuiabanas, até mesmo os desafios e soluções materiais para a navegação desta bacia – que já é a do Amazonas e não mais as do Paraná e Paraguai – são análogos às das monções [Fig. 13]. O que se sugere, então, é que as tecnologias e as práticas não desaparecem simplesmente, podem ser transplantadas para regiões onde ainda sejam úteis, ou que apresentem desafios análogos àqueles para os quais foram criadas. Sugere-se ainda que técnicas e tecnologias não se tornam obsoletas, ao menos não de modo simplista, apenas não respondem a novos desafios propostos. Por fim, ainda que seja apenas um indício, a navegação do sistema Madeira-Mamoré, antes da sua substituição pelas ferrovias ou outras alternativas, dão uma pista das monções que tardiamente, como diria Guimarães Rosa, não desapareceram, “encantaram-se”.

<sup>1</sup> Este trabalho foi desenvolvido como parte integrante do “Programa de Pesquisa e Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural da PCH Ponte Alta/ MS”, realizado pela empresa DOCUMENTO Antropologia e Arqueologia. A coordenação geral do programa é dos Profs. Drs. Erika M. Robrahn-González e Gilson R. Martins, contando com o apoio institucional do Laboratório de Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (Campus de Aquidauana). A obra é de responsabilidade da empresa Consórcio Ponte Alta Energética.

<sup>2</sup> Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da mesma instituição. Trabalha desde 2004 em colaboração com a Arqueologia em diversos projetos.

<sup>3</sup> BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1979, pp. 117-70.

<sup>4</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>5</sup> MATTOS, Odilon Nogueira de. “A Guerra dos Emboabas”, in: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da civilização brasileira*, Tomo 1, Volume 1, 4. ed., São Paulo: DIFEL, 1972, pp. 297 a 306.

<sup>6</sup> BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. *Anais de Mato Grosso*. Cuiabá, Mato Grosso: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Publicações Avulsas n. 20, 2001. Texto original de 1846, p. 14.

<sup>7</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. “As Monções”, in: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da civilização brasileira*, Tomo 1, Volume 1, 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1972, p. 313 e seguintes.

<sup>8</sup> A denominação de “coroados” foi atribuída a inúmeras etnias que possuíam as partes traseiras das cabeças raspadas, como em uma espécie de tonsura. Contudo, no caso específico do leste mato-grossense o termo “coroados” referia-se aos Bororo, habitantes das margens dos rios Vermelho, das Mortes e parte do Araguaia.

<sup>9</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>10</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., 1990, pp. 15-8.

<sup>11</sup> NOVAIS, Fernando Antonio (coord.) e MELLO E SOUZA, Laura de (org.). *História da Vida Privada no Brasil*, volume 1, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>12</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., 1990.

<sup>13</sup> FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*, São Paulo.

- <sup>14</sup> Idem, p. 13 e seguintes.
- <sup>15</sup> *Demonstração dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para os rios Cuiabá e província do Coxiponé*. Cuiabá, Mato Grosso: IHGMT, 2001, p. 12.
- <sup>16</sup> Idem.
- <sup>17</sup> FLORENCE, Hercules, Op. cit., p. 30 e seguintes.
- <sup>18</sup> Segundo Hercules Florence, em 1826, a fazenda Camapuã pertencia a uma sociedade comercial sediada em São Paulo.
- <sup>19</sup> Idem, p. 49 e seguintes.
- <sup>20</sup> MOURA, D. Antonio Rolim de. “Relação da viagem que em 1757 (sic) fez o Exmo. Conde de Azambuja, saindo da cidade de São Paulo para a vila de Cuiabá, cópia da de uma que supponho original, havida de uma das famosas Bibliotecas nessa corte”, In: Luis dos Santos Vilhena, apud MELLO E SOUZA, Laura. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”, in: NOVAIS, Fernando Antonio (coord.) e MELLO E SOUZA, Laura de (org.). *História da Vida Privada no Brasil*, volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 65.
- <sup>21</sup> FLORENCE, Hercules, Op. cit., p. 38.
- <sup>22</sup> Idem, p. 44 e seguintes.
- <sup>23</sup> Idem, p. 55.
- <sup>24</sup> CARVALHO, Sílvia M. Schmuziger. “Chaco: encruzilhada de povos e ‘melting pot’ cultural, suas relações com a bacia do Paraná e o Sul-matogrossense”, In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 457-74.
- <sup>25</sup> Idem, p. 466.
- <sup>26</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, Op. cit., 1990.
- <sup>27</sup> FLORENCE, Hercules, Op. cit., p. 55.
- <sup>28</sup> BELLOTTO, Heloisa Liberalli, Op. cit., p. 117 e seguintes.
- <sup>29</sup> FLORENCE, Hercules, Op. cit., p. 57.
- <sup>30</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Companhia das Letras, 2002, p. 105, 122-3, 563.
- <sup>31</sup> CONTE, Cláudio Quoos & FREIRE, Marcus Vinicius de Lamônica. *Centro histórico de Cuiabá, patrimônio do Brasil*. Cuiabá (MT): Entrelinhas/IPHAN, 2005, p. 40-3.
- <sup>32</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, Op. cit., 1990, p. 33.
- <sup>33</sup> ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: o nascimento do consumo séc. XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- <sup>34</sup> FERREIRA, Manuel Rodrigues. *A ferrovia do diabo*. São Paulo: Melhoramentos, 2005, pp. 23-54.



1a



1b



2

3

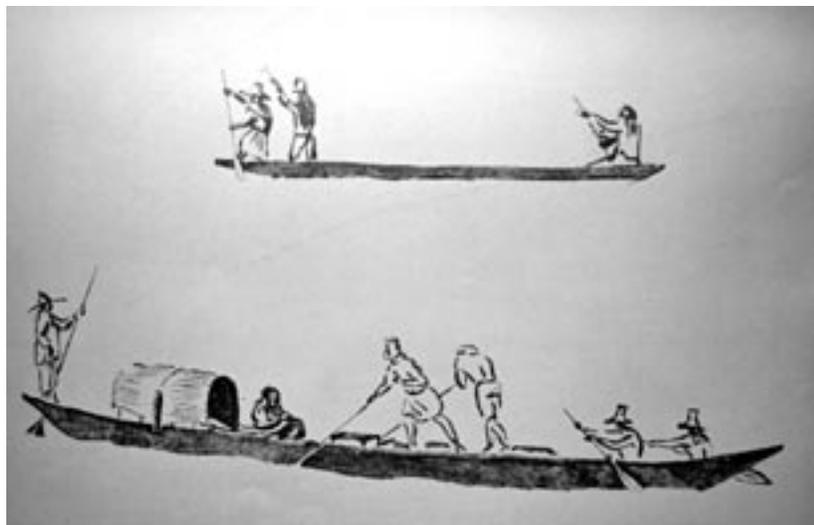
1a Mapa da segunda metade do século XVIII sem autor identificado com o sistema fluvial utilizado pelas monções

1b Detalhe de mapa do século XVIII com o trecho percorrido pelas monções entre os rios Tietê e Taquari

2 Paredões que acompanham parte do curso do rio Coxim. Área dos ataques dos Mbayá-guaycurus às monções.

3 Hercules Florence, “Vista de Camapuã”, 1826





4 Hercules Florence, “Vista de Camapuã”, 1826. Uso de zingas e remos nas canoas monçoeriras

5 *Travessão do Jaú, rio Coxim.* Área na qual eram necessários o desembarque das cargas e a travessia da cachoeira pelas margens

6 Lajedo da cachoeira do Quatro-Pé, rio Coxim

7a Inscrições no lajedo da cachoeira do Quatro-Pé, executadas no período das navegações fluviais pelo rio Coxim

4

5

6



7a



7b



7c



8

9

7b-c Inscrições no lajedo da cachoeira do Quatro-Pé, executadas no período das navegações fluviais pelo rio Coxim

8 Hercules Florence, “Cachoeira da Ilha”, 1826. Uma das últimas cachoeiras do rio Coxim, antes de desembocar no Taquari

9 Hercules Florence, “Descida em uma corredeira”, 1826. Descida de uma cachoeira com uso de zingas





10

10 João Severiano da Fonseca. Travessia do varadouro do Jirau, 1881

11 João Severiano da Fonseca. Descida de cachoeira com zingas no rio Madeira, 1881

12 Herndon e Gibbon. Travessia de cachoeira com sirgas, 1851

13 Foto de batelão no rio Madeira, primeira metade do século XX



11

12



13

